



**VARIG**  
*Brasil*

***DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
TRIMESTRAIS***

***30 DE SETEMBRO DE 2005***



## ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA.....	37
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL ...	38



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Apresentamos o Balanço Patrimonial levantado em 30 de setembro de 2005 e as respectivas Demonstrações de Resultado correspondentes ao trimestre e período findo em setembro de 2005, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre revisão especial. Os valores estão expressos em milhares de Reais, exceto se de outra forma explicitado.

### 1. DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Um sumário dos resultados apresentados pela VARIG – controladora – VARIG e suas controladas VARIG Log e VEM – consolidado – e VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste para os períodos findos em 30 de setembro de 2005 e 2004 está apresentado a seguir:

	VARIG CONSOLIDADO (inclui VARIG LOG e VEM)		VARIG CONTROLADORA		VARIG, RIO SUL e NORDESTE - COMBINADO	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Receita líquida	6.119.347	6.238.201	5.170.874	5.234.738	5.225.187	5.374.536
Receita líquida - Operações de voo	5.676.610	5.878.123	4.987.499	5.041.217	5.041.812	5.181.015
Custo dos serviços prestados -Operações de voo	(4.527.739)	(4.245.058)	(4.061.181)	(3.725.135)	(4.114.576)	(3.871.328)
Despesas comerciais	(1.113.718)	(1.368.419)	(814.579)	(1.024.351)	(823.699)	(1.049.525)
Despesas administrativas	(179.388)	(168.969)	(139.890)	(129.137)	(142.315)	(137.601)
<b>Resultado de voo</b>	<b>(144.235)</b>	<b>95.677</b>	<b>(28.151)</b>	<b>162.594</b>	<b>(38.778)</b>	<b>122.561</b>
Outras receitas líquidas	442.737	360.078	183.375	193.521	183.375	193.521
Outros custos operacionais	(286.625)	(240.326)	(150.124)	(143.605)	(148.108)	(143.064)
Resultado de acordos operacionais	(7.178)	(92.402)	(7.178)	(92.402)	-	-
<b>Resultado da atividade - EBIT</b>	<b>4.699</b>	<b>123.027</b>	<b>(2.078)</b>	<b>120.108</b>	<b>(3.511)</b>	<b>173.018</b>
Participação frente a receita líquida	0,1%	2,0%	0,0%	2,3%	-0,1%	3,2%
Despesas financeiras líquidas	(236.528)	(436.937)	(206.299)	(430.429)		
Resultado de participações	(9.836)	(5.813)	(117.841)	(20.764)		
Outros	(536.465)	14.675	(451.912)	26.037		
<b>Resultado líquido</b>	<b>(778.130)</b>	<b>(305.048)</b>	<b>(778.130)</b>	<b>(305.048)</b>		

#### 1.1) Receita líquida – Operações de Voo

As receitas líquidas – operações de voo apresentaram uma redução no período de janeiro a setembro de 2005 em relação ao mesmo período do exercício anterior, de aproximadamente 1% na Controladora e 3% no combinado. A apreciação do Real frente a moeda norte americana, bem como a reestruturação da malha, a redução de frequência de vôos decorrente, principalmente, da existência na frota de aeronaves paradas para manutenção e a acirrada concorrência de preços são as principais justificativas para a redução da receita. Não obstante as dificuldades enfrentadas, as nossas taxas de ocupação continuam a manter uma evolução positiva, como a seguir demonstrado.

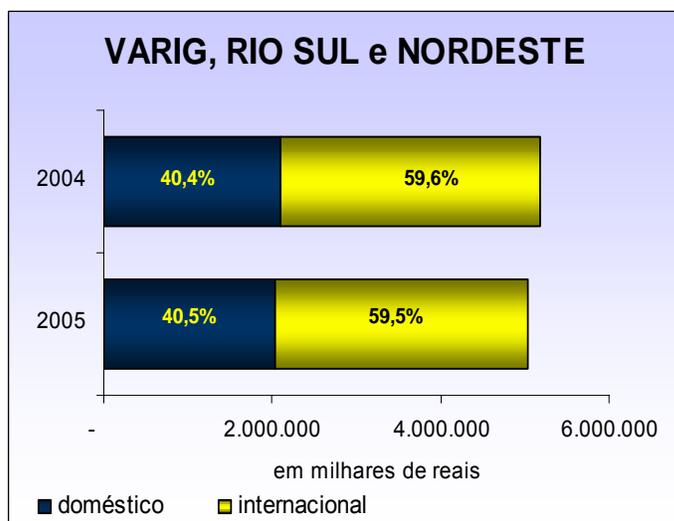
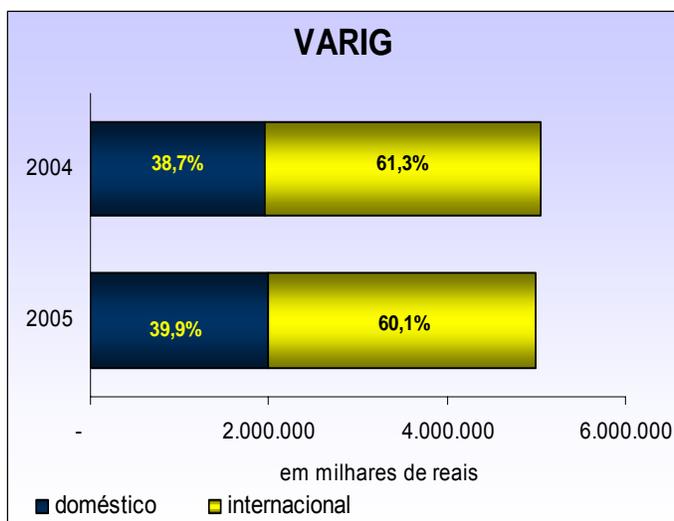


## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

	<b>PERÍODO FINDO EM SETEMBRO</b>		
	<b><u>2005</u></b>	<b><u>2004</u></b>	<b><u>2003</u></b>
Vôos Internacionais	<b>77%</b>	<b>76%</b>	<b>75%</b>
Vôos Domésticos	<b>68%</b>	<b>65%</b>	<b>63%</b>
Média	<b><u>74%</u></b>	<b><u>72%</u></b>	<b><u>71%</u></b>

Para o período de janeiro a setembro de 2005 a VARIG e suas empresas relacionadas atingiram uma participação de mercado doméstico de 27,76% comparáveis com 30,61% obtidos no mesmo período de 2004; período no qual o número de passageiros transportados no mercado doméstico aumentou aproximadamente 18% sendo que o aumento de passageiros para VARIG e suas empresas relacionadas atingiu 7%.

As receitas líquidas de voo, para os mercados internacional e doméstico, apresentaram a seguinte evolução:



### 1.2) Custos dos Serviços Prestados – Operações de Voo

Os custos dos serviços prestados – operações de voo, para o período findo em 30 de setembro de 2005, nos montantes de R\$4.061.181 na controladora e R\$4.114.576 no combinado, representam um aumento de aproximadamente 9% e 6%, respectivamente, sobre o mesmo período do ano anterior. Entretanto, se comparados com as receitas líquidas de voo, referidos custos apresentam uma expressiva evolução, conforme pode ser observado no quadro a seguir:



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em milhões de Reais

	<u>Controladora</u>		<u>Combinado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receita Líquida – Operações de Voo	4.987	5.041	5.042	5.181
Custo dos Serviços Prestados – Operações de Voo	4.061	3.725	4.115	3.871
	-----	-----	-----	-----
Percentual do Custo em Relação à Receita	81,4	73,8	81,6	74,7
	=====	=====	=====	=====
Evolução - %	<u>10,3</u>		<u>9,2</u>	

Além do custo do combustível, cuja explicação detalhada encontra-se a seguir; ao descompasso entre o incremento dos custos e a evolução da tarifa praticada adiciona-se o custo das aeronaves paradas para manutenção no montante de aproximadamente US\$2,6 milhões ao mês (US\$ 23 milhões de janeiro a setembro/2005).

Os principais componentes dos custos dos serviços prestados são como segue:

<u>Componentes</u>	<u>% em relação ao custo total</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Combustível	39	35
Arrendamento de aeronaves	12	14
Pessoal	12	13
Revisão e manutenção	15	15
Tarifas aeroportuárias	8	9
Outros	14	14
	-----	-----
	100	100
	=====	=====

O custo médio do litro de combustível de aviação para o período de janeiro a setembro de 2005 foi de R\$1,32, um acréscimo de 18% sobre o custo de R\$1,12 apurado em 2004. Os aumentos nos preços internacionais do petróleo, parcialmente compensados pela valorização do Real frente ao dólar norte-americano, e uma redução no volume de combustível consumido de aproximadamente 1% são os principais fatores para as variações neste componente. Caso o preço do combustível estivesse no mesmo patamar de 2004, tal custo seria R\$ 263 milhões menor no período.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1.3) Despesas comerciais

As despesas comerciais apresentaram uma redução de cerca de 20%, passando de R\$1.024.351 no período de janeiro a setembro de 2004 para R\$814.579 em 2005 representando, respectivamente, 20% e 16% sobre a receita de voo. Renegociações de comissões com agentes localizados principalmente na Europa respondem, em grande parte, por este acréscimo de eficiência operacional.

### 1.4) Resultado financeiro

Dentre as despesas financeiras destacam-se os encargos sobre o PAES na ordem de R\$223 milhões (R\$221 milhões em 2004) e sobre o AERUS R\$ 32 milhões (R\$30 milhões em 2004). O crédito decorrente da apreciação do real frente ao dólar norte americano totalizou R\$ 193 milhões.

### 1.5) Recursos gerados pelas operações

Uma demonstração dos principais indicadores de desempenho financeiro é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>
Prejuízo do período	(778.130)
Resultado Financeiro Líquido	206.299
Resultado não operacional (a)	13.365
Outras despesas operacionais (a)	556.388
<hr/> <b>EBIT – Resultado de Atividade</b> <hr/>	<hr/> (2.078) <hr/>
Depreciações e amortizações	13.896
<hr/> <b>EBITDA</b> <hr/>	<hr/> 11.818 <hr/>
Aluguéis e Arrendamentos	485.416
<hr/> <b>EBITDAR</b> <hr/>	<hr/> 497.234 <hr/>
	=====
Margens s/ receita líquida	
EBIT	0,0%
EBITDA	0,2%
EBITDAR	9,6%

(a) A Companhia adota, como conceito de EBIT, a geração de caixa operacional, excluindo, conseqüentemente, de seu cômputo os efeitos provocados pelos registros nas contas de resultado não operacional e outras despesas operacionais líquidas que foram gerados por motivos adversos que não têm natureza recorrentes.

## 2. INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

No quadro a seguir demonstramos os principais indicadores de desempenho operacional da VARIG, individualmente, e da VARIG com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste para o período findo em 30 de setembro de 2005.

	VARIG e VARIG Log			VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE		
	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %
Horas Voadas	220.826	225.875	-2,2	224.377	239.511	-6,3
INTERNACIONAL	109.788	115.464	-4,9	109.788	115.464	-4,9
DOMÉSTICO	111.038	110.411	0,6	114.589	124.047	-7,6
Km Voados ( 000 )	160.158	165.135	-3,0	162.281	173.122	-6,3
INTERNACIONAL	88.037	91.985	-4,3	88.037	91.985	-4,3
DOMÉSTICO	72.121	73.150	-1,4	74.244	81.137	-8,5
Passageiros Transportados	9.737.876	9.128.945	6,7	9.946.093	9.552.854	4,1
INTERNACIONAL	3.133.895	3.007.500	4,2	3.133.895	3.007.500	4,2
DOMÉSTICO	6.603.981	6.121.445	7,9	6.812.198	6.545.354	4,1
Ass x Km Oferecidos ( 000 )	29.229.495	28.861.903	1,3	29.470.699	29.284.623	0,6
INTERNACIONAL	19.457.681	19.291.485	0,9	19.457.681	19.291.485	0,9
DOMÉSTICO	9.771.814	9.570.418	2,1	10.013.018	9.993.138	0,2
Pax x Km Transportados ( 000 )	21.627.740	20.862.956	3,7	21.770.671	21.127.666	3,0
INTERNACIONAL	14.989.310	14.682.620	2,1	14.989.310	14.682.620	2,1
DOMÉSTICO	6.638.430	6.180.336	7,4	6.781.361	6.445.046	5,2
Aproveitamento ( % ) Pax x Km	74%	72%	2p.p.	74%	72%	2p.p.
INTERNACIONAL	77%	76%	1p.p.	77%	76%	1p.p.
DOMÉSTICO	68%	65%	3p.p.	68%	64%	4p.p.
Ton x Km de Carga + MP ( 000 )	937.344	970.764	-3,4	937.837	971.530	-3,5
INTERNACIONAL	750.923	808.279	-7,1	750.923	808.279	-7,1
DOMÉSTICO	186.421	162.485	14,7	186.914	163.251	14,5

### 3 – FROTA

#### 3.1 – Aeronaves operacionais - média do trimestre.

Modelo de aeronaves	VARIG e VARIG Log		VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE	
	2005	2004	2005	2004
ERJ 145	-	-	-	5,4
B - 737/300	19,4	22,2	22,8	28,4
B - 737/400	4,0	3,1	4,0	3,1
B - 737/500	5,8	-	8,8	13,0
B - 737/700	-	-	2,0	2,5
B - 737/800	2,0	2,0	2,0	2,0
B - 757-200	3,8	0,2	3,8	0,2
B - 767/300	2,4	5,1	2,4	5,1
B - 767/300RT	1,9	2,0	1,9	2,0
B - 777/200	5,7	3,8	5,7	3,8
MD - 11	11,3	13,1	11,3	13,1
B - 727/100 ( Cargo )	1,3	2,0	1,3	2,0
B - 727/200 ( Cargo )	3,0	3,8	3,0	3,8
DC - 10/30 ( Cargo )	0,8	2,3	0,8	2,3
MD - 11 ( Cargo )	2,0	-	2,0	-
TOTAL	63,4	59,6	71,8	86,7
PASSEGEIROS	56,3	51,5	64,7	78,6
CARGUEIROS	7,1	8,1	7,1	8,1

#### 3.2 – Total de aeronaves do grupo em setembro.

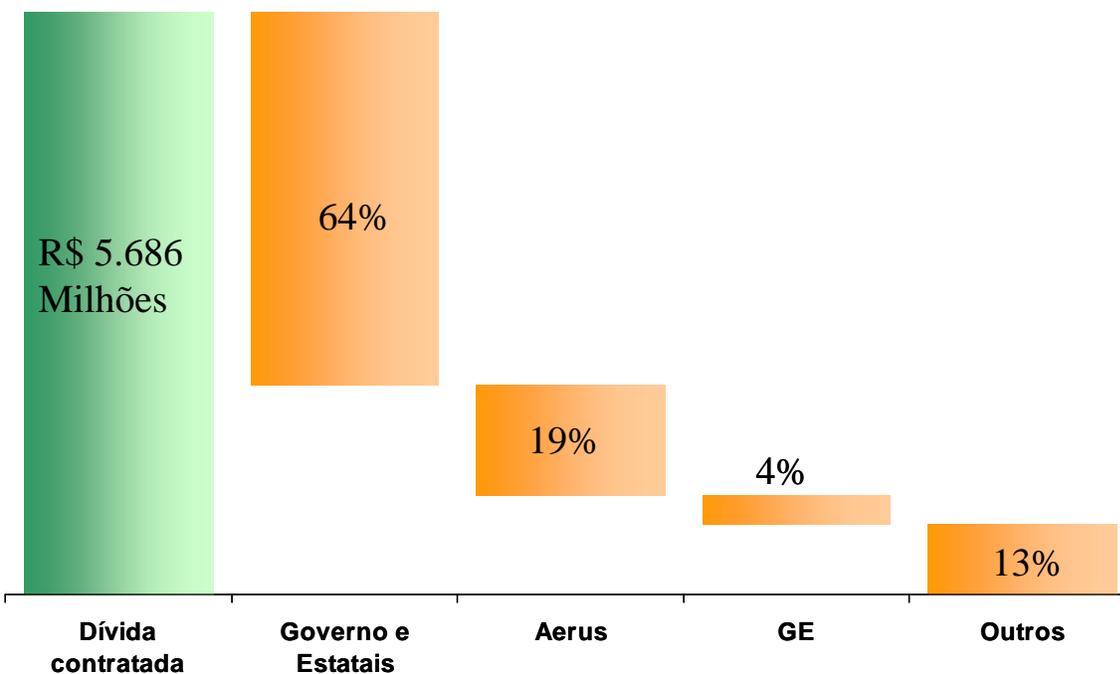
Modelo de aeronaves	VARIG e VARIG Log		VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE	
	2005	2004	2005	2004
ERJ 145	-	-	9	11
B - 737/200	2	2	2	2
B - 737/300	27	25	31	32
B - 737/400	4	4	4	4
B - 737/500	6	-	10	13
B - 737/700	-	-	2	2
B - 737/800	2	2	2	2
B - 757-200	4	2	4	2
B - 767/300	3	6	3	6
B - 767/300RT	2	2	2	2
B - 777/200	8	4	8	4
MD - 11	13	14	13	14
B - 727/100 ( Cargo )	4	4	4	4
B - 727/200 ( Cargo )	4	4	4	4
DC - 10/30 ( Cargo )	3	3	3	3
MD - 11 ( Cargo )	2	-	2	-
TOTAL	84	72	103	105
PASSEGEIROS	71	61	90	94
CARGUEIROS	13	11	13	11

**4 – ENDIVIDAMENTO**

O endividamento da Companhia apresenta forte concentração de credores como está demonstrado no quadro a seguir :

Valores em milhões de Reais				
Credor	Último vencimento	Saldo em 30/09/05	Saldo em 30/06/05	Saldo em 31/03/05
PAES	Jul-2018	3.254	3.225	3.229
INFRAERO	Mai-2008	198	174	160
PETROBRAS	Mai-2006	59	59	37
Banco do Brasil	Out-2012	126	131	161
General Eletric	Dez-2009	241	256	311
Aerus	Abr-2022	1.059	1.059	1.058
Outros credores				
.Arrendamento Mercantil	diversos	472	386	335
.Outros Empréstimos	diversos	190	237	316
.Impostos Parcelados	diversos	87	74	78
<b>TOTAL</b>		<b>5.686</b>	<b>5.601</b>	<b>5.685</b>

Uma visualização gráfica da participação dos principais credores no total da dívida contratada pode ser demonstrada como segue:





## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 5 - PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO)

O passivo a descoberto em 30 de setembro de 2005 é de R\$ 7,2 bilhões. Contudo, a Companhia possui créditos contingentes, cujos montantes, foram confirmados por trabalhos efetuados por consultorias independentes, que se registrados teriam os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras:

Valores em milhões de Reais	
Passivo a Descoberto em 30 de setembro de 2005	(7.222)
- Crédito tributário, representado por ICMS a recuperar - Valor corrigido estimado	1.329
- Crédito da Ação de Defasagem Tarifária - Valor líquido estimado	3.000
- Crédito tributário por prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias	2.496
Passivo a Descoberto Ajustado	(397)

Caso as regras contábeis em vigor permitissem os registros desses créditos, o Patrimônio Líquido da Companhia seria sensivelmente melhor.

### 6. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 17 de junho de 2005, a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A. ingressaram na justiça com um pedido de Recuperação Judicial, com fundamento nos artigos 47 e 48 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Referido pedido foi deferido através de decisão proferida, em 22 de junho de 2005, pelo Juízo de Direito da Oitava Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro.

Os principais atos e fatos relacionados à evolução deste processo, desde a data do deferimento do pedido apresentado até a data destas Informações Trimestrais estão sumariados a seguir.

- ▶ A Assembléia Geral Extraordinária da VARIG, realizada em 13 de julho de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração e da Diretoria para o pedido de Recuperação Judicial, conforme autorizado pelo parágrafo único do artigo 122 da Lei 6.404/76.
- ▶ Foram contratadas as consultorias Lufthansa Consulting e Banco UBS S.A. para assessorar a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste na elaboração do Plano de Recuperação Judicial. A primeira focará sua atuação na reestruturação operacional e a segunda atuará como consultora financeira.
- ▶ Em 22 de agosto de 2005, a VARIG firmou um contrato preliminar com a Volo Logistics LLC (Volo) objetivando a eventual realização de negócio jurídico envolvendo: (i) a cessão onerosa e a promessa de



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

cessão onerosa de créditos para a Volo; (ii) a concessão pela Volo de um empréstimo para a VARIG; a venda pela VARIG à Volo das ações que a mesma detém na Varig Logística S.A. A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2005, aprovou a realização do negócio jurídico contemplado no contrato preliminar o qual foi, subsequentemente, enviado para a apreciação do Juízo de Direito da Oitava Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro. As negociações referentes a este assunto não chegaram a bom termo sendo, conseqüentemente, desconsideradas.

► Em Assembléia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2005, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou uma proposta para o equacionamento das questões referentes à implantação do Plano de Recuperação Judicial. A proposta reflete os seguintes principais aspectos:

- Criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) com a finalidade de adquirir as ações representativas do capital da Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A. (VEM)
- Concessão de apoio financeiro aos investidores que assumam o controle acionário da SPE, desde que estes se qualifiquem a receber crédito do BNDES, no montante de 2/3 (dois terços) do valor de aquisição das ações da VARIG LOG e VEM. Este apoio financeiro será concedido em duas etapas, a saber:

**Etapa 1:** serão concedidos recursos suficientes para que, adicionados àqueles aportados por investidores, somem no mínimo o valor equivalente a US\$ 62 milhões, quantia necessária para a negociação com as arrendadoras de aeronaves (“lessors”)

**Etapa 2:** Uma avaliação independente do valor das empresas Varig Logística S.A e Varig Engenharia e Manutenção S.A. será efetuada no prazo máximo de 90 dias e se o valor apurado for maior que US\$ 62 milhões o BNDES aportará a diferença de recursos, sempre observando a proporcionalidade de 2/3 (dois terços).

Os recursos a serem transferidos para a VARIG destinam-se, exclusivamente, a pagamentos às arrendadoras e serem depositados em uma conta vinculada específica (“escrow account”)

Esta proposta foi devidamente aprovada pela Assembléia dos Credores.

► Em 1 de novembro de 2005, o Conselho de Administração e a Diretoria da VARIG optaram pela TAP Transportes Aéreos Portugueses como o investidor mais adequado para fazer parte da primeira etapa do plano apresentado pelo BNDES.

► Em Assembléia Geral de Credores realizada em 7 de novembro de 2005 foram aprovadas a proposta apresentada pelo BNDES e ratificada pelo Conselho de Administração e Diretoria da VARIG e a opção pela TAP Transportes Aéreos Portugueses como investidor estratégico.

► Em 8 de novembro de 2005 o Juízo da Oitava Vara Empresarial do Tribunal de Justiça da Comarca do Rio de Janeiro concedeu autorização judicial para fossem firmados entre a VARIG e AERO – LB Participações S.A. os instrumentos necessários para a alienação, da primeira para a segunda, das ações correspondentes a 95% e 90% dos capitais totais da Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A., respectivamente.

► Em 9 de novembro de 2005 a VARIG e a AERO – LB Participações assinaram os instrumentos necessários para completar a transferência das ações da Varig Log e VEM.

As controladas da VARIG, Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A., sua controladora FRB-Par Participações S.A., a TAP Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. participaram como intervenientes nos instrumentos assinados.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

► Em 14 de novembro de 2005 foi aprovada a alienação das controladas Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A., pela maioria de votos dos acionistas, através da Assembléia Geral Extraordinária ratificando a decisão da Assembléia Geral de Credores de 07 de novembro de 2005.

A Administração



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 30 de setembro de 2005, 30 de junho de 2005 e 31 de dezembro de 2004  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Set/05	Jun/05	Dez/04	Set/05	Jun/05	Dez/04
<b>CIRCULANTE</b>						
Disponibilidades	68.554	63.375	109.834	85.097	74.520	127.130
Contas a receber	671.274	603.995	661.267	809.502	756.776	819.812
Empresas relacionadas	14.847	1.310	90	44.269	14.906	18.926
Depósitos especiais	133.148	100.201	135.716	144.683	111.898	145.823
Impostos a recuperar	16.384	33.414	41.178	30.667	55.110	57.392
Estoques	20.487	21.811	25.404	168.045	230.798	207.846
Pagamentos antecipados	206.754	174.883	147.737	245.570	201.481	158.327
Outros créditos	54.930	61.486	13.653	55.207	61.789	33.454
<b>Total do circulante</b>	<b>1.186.378</b>	<b>1.060.475</b>	<b>1.134.879</b>	<b>1.583.040</b>	<b>1.507.278</b>	<b>1.568.710</b>
<b>REALIZÁVEL Á LONGO PRAZO</b>						
Empresas relacionadas	511.358	499.471	486.507	453.768	446.336	451.566
Depósitos especiais	163.653	173.522	175.436	165.464	174.867	184.115
Créditos tributários	40.005	58.669	87.323	40.506	73.272	108.622
Outros créditos	63.323	64.796	71.464	113.697	114.422	121.097
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>778.339</b>	<b>796.458</b>	<b>820.730</b>	<b>773.435</b>	<b>808.897</b>	<b>865.400</b>
<b>PERMANENTE</b>						
Investimentos	436.019	469.108	495.117	9.486	9.647	13.702
Imobilizado	188.396	193.325	192.407	515.009	531.437	579.806
<b>Total do permanente</b>	<b>624.415</b>	<b>662.433</b>	<b>687.524</b>	<b>524.495</b>	<b>541.084</b>	<b>593.508</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>	<b>7.222.222</b>	<b>6.838.050</b>	<b>6.444.092</b>	<b>7.222.222</b>	<b>6.838.050</b>	<b>6.444.092</b>
<b>TOTAL DO ATIVO E</b>						
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>	<b>9.811.354</b>	<b>9.357.416</b>	<b>9.087.225</b>	<b>10.103.192</b>	<b>9.695.309</b>	<b>9.471.710</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 30 de setembro de 2005, 30 de junho de 2005 e 31 de dezembro de 2004  
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Set/05	Jun/05	Dez/04	Set/05	Jun/05	Dez/04
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	554.914	458.142	427.812	602.136	505.147	492.344
Empréstimos, financiamentos e debêntures	412.199	369.662	353.922	418.593	377.116	379.969
Financiamentos de obrigações fiscais	282.776	249.342	239.490	316.952	283.014	265.803
Taxas, impostos e contribuições	172.576	218.181	250.398	213.132	255.525	289.348
Salários e encargos sociais	75.448	65.917	76.453	240.554	218.323	209.324
Arrendamento mercantil á pagar	372.744	286.012	215.254	394.440	322.857	244.191
Empresas relacionadas	53.710	54.202	59.597	60.225	61.041	67.321
Contas a pagar	112.858	117.529	132.317	124.498	138.775	174.656
Transportes a executar	471.633	472.156	629.601	495.857	475.567	651.986
Provisões diversas	373.730	351.912	247.538	391.005	386.351	272.597
<b>Total do circulante</b>	<b>2.882.588</b>	<b>2.643.055</b>	<b>2.632.382</b>	<b>3.257.392</b>	<b>3.023.716</b>	<b>3.047.539</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.460.900	1.545.405	1.716.785	1.471.176	1.554.472	1.734.938
Financiamentos de obrigações fiscais	3.082.665	3.050.361	3.053.381	3.127.401	3.097.330	3.110.987
Empresas relacionadas	128.250	127.081	148.758	34.334	36.026	33.603
Arrendamento mercantil a pagar	98.986	100.450	103.850	98.986	100.450	103.850
Provisão do passivo atuarial	737.589	610.798	407.093	746.700	621.073	415.350
Provisões diversas	76.042	27.837	11.353	6.420	2.761	-
Provisões para contingências	1.344.334	1.252.429	1.013.623	1.360.740	1.259.465	1.020.659
<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>6.928.766</b>	<b>6.714.361</b>	<b>6.454.843</b>	<b>6.845.757</b>	<b>6.671.577</b>	<b>6.419.387</b>
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	-	-	-	43	16	4.784
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.811.354</b>	<b>9.357.416</b>	<b>9.087.225</b>	<b>10.103.192</b>	<b>9.695.309</b>	<b>9.471.710</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
 Períodos de janeiro a setembro de 2005 e de 2004  
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Controladora			
	Julho a Setembro		Janeiro a Setembro	
	2005	2004	2005	2004
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
Receitas de voo	1.573.407	1.915.696	5.073.088	5.155.233
Outras receitas operacionais	78.026	93.516	202.210	212.911
Impostos sobre receita	(34.588)	(35.891)	(104.424)	(133.406)
Receita operacional líquida	<u>1.616.845</u>	<u>1.973.321</u>	<u>5.170.874</u>	<u>5.234.738</u>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>				
Custos de voo	(1.322.011)	(1.473.385)	(4.061.181)	(3.725.135)
Resultado de acordo operacionais	7.422	(30.795)	(7.178)	(92.402)
Outros custos operacionais	(40.369)	3.534	(150.124)	(143.605)
	<u>(1.354.958)</u>	<u>(1.500.646)</u>	<u>(4.218.483)</u>	<u>(3.961.142)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>	261.887	472.675	952.391	1.273.596
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
Despesas comerciais	(258.215)	(363.876)	(814.579)	(1.024.351)
Honorários da administração	(879)	(932)	(2.752)	(2.658)
Despesas administrativas	(42.484)	(46.503)	(137.138)	(126.479)
	<u>(39.691)</u>	<u>61.364</u>	<u>(2.078)</u>	<u>120.108</u>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>	(39.691)	61.364	(2.078)	120.108
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS</b>				
Receitas financeiras	29.882	7.045	43.137	13.897
Despesas financeiras	(148.951)	(124.534)	(442.727)	(398.176)
Variações monetárias de obrigações e créditos	77.945	102.051	193.291	(25.856)
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	-	(6.867)	-	(20.294)
	<u>(41.124)</u>	<u>(22.305)</u>	<u>(206.299)</u>	<u>(430.429)</u>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES</b>	(75.268)	(9.012)	(117.841)	(20.764)
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS</b>	<u>(227.397)</u>	<u>237.680</u>	<u>(438.547)</u>	<u>35.760</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	(383.480)	267.727	(764.765)	(295.325)
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	(691)	(5.955)	(13.365)	(9.723)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	-	-
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	-	-	-	-
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<u>(384.171)</u>	<u>261.772</u>	<u>(778.130)</u>	<u>(305.048)</u>
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) Por Ação no final do período em R\$</b>	<u>(5,49)</u>	<u>3,74</u>	<u>(11,13)</u>	<u>(4,36)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
 Períodos de janeiro a setembro de 2005 e de 2004  
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Consolidado			
	Julho a Setembro		Janeiro a Setembro	
	2005	2004	2005	2004
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
Receitas de voo	1.851.010	2.151.625	5.812.165	6.031.515
Outras receitas operacionais	70.452	170.358	474.071	400.482
Impostos sobre receita	(57.026)	(56.401)	(166.889)	(193.796)
Receita operacional líquida	<u>1.864.436</u>	<u>2.265.582</u>	<u>6.119.347</u>	<u>6.238.201</u>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>				
Custos de voo	(1.517.121)	(1.586.364)	(4.527.739)	(4.245.058)
Resultado de acordo operacionais	7.422	(30.795)	(7.178)	(92.402)
Outros custos operacionais	19.726	(35.570)	(286.625)	(240.326)
	<u>(1.489.973)</u>	<u>(1.652.729)</u>	<u>(4.821.542)</u>	<u>(4.577.786)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>	374.463	612.853	1.297.805	1.660.415
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
Despesas comerciais	(353.890)	(485.039)	(1.113.718)	(1.368.419)
Honorários da administração	(1.491)	(1.305)	(4.626)	(3.778)
Despesas administrativas	(54.958)	(61.037)	(174.762)	(165.191)
	<u>(35.876)</u>	<u>65.472</u>	<u>4.699</u>	<u>123.027</u>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>	(35.876)	65.472	4.699	123.027
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS</b>				
Receitas financeiras	31.592	7.722	46.124	16.491
Despesas financeiras	(160.725)	(127.787)	(468.013)	(408.844)
Variações monetárias de obrigações e créditos	73.473	101.312	185.469	(23.456)
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	(108)	(7.051)	(108)	(21.128)
	<u>(55.768)</u>	<u>(25.804)</u>	<u>(236.528)</u>	<u>(436.937)</u>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES</b>	2.127	(2.688)	(9.836)	(5.813)
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS</b>	<u>(303.407)</u>	<u>231.870</u>	<u>(519.961)</u>	<u>29.950</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	(392.924)	268.850	(761.626)	(289.773)
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	8.696	(7.079)	(16.579)	(15.280)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	-	-
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	57	1	75	5
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<u>(384.171)</u>	<u>261.772</u>	<u>(778.130)</u>	<u>(305.048)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial” e suas controladas exploram comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais, através de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais, e prestam serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, consertos, restauração e conservação de máquinas e equipamentos, consultoria técnica, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia e de programas de treinamento e formação técnica.

Em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas a Companhia e as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A. ingressam na justiça com um pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido pelo Juízo da Oitava Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro em 22 de junho de 2005. Conforme descrito na nota explicativa 16, como parte das ações tomadas pela Administração para a implantação do plano de recuperação, a Companhia vendeu, em 9 de novembro de 2005, 95% das ações que detinha da controlada Varig Logística S.A. e 90% das ações que detinha da controlada VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A. por um valor mínimo equivalente a US\$62 milhões. Referido valor será integralmente utilizado na liquidação de passivos. Recursos adicionais devem ser aportados pelos novos parceiros da Companhia.

Em 21 de dezembro de 2004, a VARIG e o Departamento de Aviação Civil – DAC assinaram um Contrato de Concessão através do qual o DAC como representante do Comando da Aeronáutica, subordinado ao Ministério da Defesa, outorga à Companhia a concessão para explorar serviço de transporte aéreo até 31 de dezembro de 2010.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### b) Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações apresentam os saldos das contas da Companhia e das seguintes empresas: VARIG Logística S. A. e VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas e os



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

saldos e as transações intercompanhias estão eliminados na consolidação.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos períodos. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras

Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras de empresa sediada no exterior, decorrentes da oscilação do real em relação ao dólar norte-americano, são alocados a receitas ou despesas financeiras.

f) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

g) Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou pelos valores de mercado ou de reposição, entre estes o que for menor. A provisão para obsolescência é registrada para os itens de consumíveis e reparáveis.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.

j) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos períodos.

l) Contratos de arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor das respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no ativo imobilizado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

m) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

n) Provisões

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de vôo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

A provisão para o programa de milhagem - Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em prêmios das milhas acumuladas no programa conquistadas pelos clientes e não resgatadas, valorizados pelos custos adicionais por passageiro a ser transportado.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos períodos.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis à longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

p) Reconhecimento da receita

As receitas de vendas são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas cujos serviços ainda não foram prestados permanecem na conta "Transportes a executar" no passivo circulante, limitado à validade legal das passagens aéreas. Em decorrência da integração das atividades operacionais da Companhia com as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S. A. – "Em Recuperação Judicial" e Nordeste Linhas Aéreas S. A. – "Em Recuperação Judicial", os resultados globais auferidos são distribuídos entre as empresas substancialmente em virtude da participação de cada uma delas no total da frota combinada.

q) Plano de pensão

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A., patrocinam um plano de contribuição definida para seus funcionários. Os custos correntes, relativos ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência.

r) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos períodos.

s) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.



**NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

t) Demonstrações Financeiras do período anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e ao período findo em 30 de junho de 2005 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

**4. CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	Set/05	Jun/05	Set/05	Jun/05
No país	517.922	469.390	638.542	587.742
No exterior	271.554	263.956	326.595	317.159
Outros valores a receber no exterior	21.028	11.339	21.028	11.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(139.230)	(140.690)	(176.663)	(159.464)
	671.274	603.995	809.502	756.776

A controlada VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A., em 30 de setembro de 2005, tem R\$ 15.271 mil a receber de credores da controladora VARIG.

**5. INVESTIMENTOS**

a) Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	Set/05	Jun/05	Set/05	Jun/05
Em sociedades controladas:				
VARIG Logística S.A.	-		-	-
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	-	-	-	-
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A .	427.028	459.961	-	-
Outros	8.991	9.147	9.486	9.647
	436.019	469.108	9.486	9.647



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

b) Informações relevantes relativas às controladas diretas são sumarizadas a seguir:

	30 de Setembro de 2005				Equivalencia Patrimonial	
	Capital social	Patrimonio Líquido	Resultado	Participação %	Set/05	Set/04
	Varig logística S.A .	231.832	(69.622)	(58.252)	99,88	(58.182)
PLUNA Líneas aéreas						
Uruguayas S.A .	8.729	(13.104)	(19.901)	49,00	(9.751)	(5.813)
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A .	501.294	427.071	(49.828)	99,99	(49.824)	(11.893)
Outros resultados (*)					(84)	-
					<u>(117.841)</u>	<u>(20.764)</u>

(\*) O montante de R\$ 84 mil refere-se a assunção da participação minoritária negativa da controlada VARIG Logística S.A

A participação da Companhia nos resultados da Pluna Líneas Aéreas Uruguayas S.A. foi reconhecida através de equivalência patrimonial, com base em demonstração de resultados preliminar. As informações financeiras atualmente disponíveis não evidenciam a necessidade de nenhum ajuste relevante que possa impactar significativamente a posição patrimonial e financeira da controladora.

Outros investimentos estão representados, principalmente, por imóveis, os quais estão arrendados a terceiros. Os imóveis estão registrados pelos valores líquidos de depreciação.



**NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

**6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	Set/05	Jun/05	Set/05	Jun/05	Set/05	Jun/05	Set/05	Jun/05
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	-	-	56.406	57.098	-	-	-	-
Rio Sul Linha Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	13.732	-	-	1.096	-	-	-	-
Nordeste Linhas Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	-	-	3.819	2.847	-	-	-	-
Pluna Líneas Aéreas Uruguayas	11.141	11.062	-	-	-	-	-	-
Fundação Ruben Berta	-	-	-	-	-	-	34.334	36.026
Companhia Tropical de Hotéis	540	11	-	-	-	-	-	-
VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A .	-	-	-	-	89.531	84.456	-	-
VARIG Participações em Serviços Complementares S.A .	-	-	-	-	361.969	360.168	-	-
FRB-Par Investimentos S.A .	-	-	-	-	2.268	1.712	-	-
Outras	18.856	3.833	-	-	-	-	-	-
	<u>44.269</u>	<u>14.906</u>	<u>60.225</u>	<u>61.041</u>	<u>453.768</u>	<u>446.336</u>	<u>34.334</u>	<u>36.026</u>

	Resultado Operacional	
	Set/05	Set/04
	SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	(101.246)
Rio Sul Linha Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	27.340	(37.448)
Nordeste Linhas Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	8.344	(11.836)
Companhia Tropical de Hotéis	-	(1.017)
	<u>(65.562)</u>	<u>(94.870)</u>



**NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Os ativos a curto prazo referem-se principalmente à prestação de serviços de manutenção de aeronaves.

Os passivos de curto prazo referem-se a, sobretudo, à prestação de serviços auxiliares de pista e manuseio de carga.

Os ativos de longo prazo referem-se a empréstimos de mútuo por assunção de dívida com juros anuais variando entre 100% e 101% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

Os passivos de longo prazo referem-se à comissão de aval sobre garantias prestadas na captação de empréstimos e financiamentos e empréstimos de mútuo, com juros anuais de 100% da taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas têm bases semelhantes às aquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

**7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

	Controladora			Consolidado		
	Set/05	Jun/05				
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total	Set/05	Jun/05
Empréstimos e financiamentos	157.735	329.939	487.674	557.068	504.344	573.589
Financiamento de taxas e contribuições	77.992	984.120	1.062.112	1.061.685	1.062.112	1.061.685
Refinanciamentos de Arrendamento mercantil	70.843	56.815	127.658	124.632	127.658	124.632
Debêntures	105.629	90.026	195.655	171.682	195.655	171.682
	<u>412.199</u>	<u>1.460.900</u>	<u>1.873.099</u>	<u>1.915.067</u>	<u>1.889.769</u>	<u>1.931.588</u>



**NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Os principais empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora			
	set/05		Jun/05	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
<b>Aerus - Instituto Aerus de Seguridade Social</b>				
Instituto Aerus de Seguridade Social - parcelamento em 217 prestações mensais, a partir de abril de 2004, atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Sobre o saldo atualizado incidem juros de 6% ao ano. Foram dadas como garantia a ação de defasagem tarifária, recebíveis e 5% das ações da VEM Varig Engenharia e Manutenção S.A e VARIG Logística S.A	75.598	984.120	1.059.718	1.059.610
<b>GE - Engines Services Incorporation</b>				
Financiamentos com juros anuais de 8%, pagáveis mensalmente até agosto de 2008, como garantia foram oferecidos recebíveis de cartão de crédito parcelado e BSP Brasil 3º decêndio.	60.374	68.044	128.418	135.827
<b>GE- Capital Aviation Services Incorporation</b>				
Financiamentos com juros anuais de 6%, pagáveis mensalmente até dezembro de 2009. Como garantias foram oferecidos os recebíveis de venda de passagens aéreas através de cartões de crédito, provenientes do sistema IATA-BSP dos vãos internacionais para França e Inglaterra.	23.463	88.888	112.351	118.833
<b>Brazilian American Merchant Bank (USA):</b>				
Juros anuais de 3,5% acima da taxa interbancária de Londres-LIBOR, pagáveis semestralmente até dezembro de 2012, garantidos por recebíveis de cartões de crédito na Itália e Argentina, ações de determinadas empresas da FRB-Par (Rio Sul, Sata e Rede Tropical ) e imóveis em Brasília e Manaus	18.787	106.995	125.782	131.072
<b>Debêntures Infraero:</b>				
De 1º e 4º emissão sujeitas a atualização de TJLP acrescido de 4,75% aa. Foram oferecidas como garantias os recebíveis de venda de passagens aéreas realizadas no terceiro decêndio de cada mês - IATA-BSP Brasil, Banco de Boston.	105.629	90.026	195.655	171.682
<b>Refinanciamento de Arrendamento Mercantil :</b>				
Diversos Lessors cujo principal varia de US\$ 777 mil a US\$ 21,67 milhões a serem amortizados de julho de 1999 a julho de 2009 cuja taxa de juros variam de 2% a 12% acima da taxa libor	70.843	56.815	127.658	124.632
<b>Outros empréstimos e financiamentos.</b>	57.505	66.012	123.517	173.411
	<b>412.199</b>	<b>1.460.900</b>	<b>1.873.099</b>	<b>1.915.067</b>

## 8. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos financeiros e operacionais, em 30 de setembro de 2005, totalizam R\$196.790 e R\$1.368.495, respectivamente, e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

	Controladora		
	Financeiro	Operacional	Total
2005	56.220	128.859	185.079
2006	88.561	370.635	459.196
2007	52.009	264.696	316.705
2008	-	210.292	210.292
2009 em diante	-	394.013	394.013



**NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

**9. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS**

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Set/05	Jun/05	Set/05	Jun/05
PAES - Receita Federal	1.610.150	1.580.095	1.634.835	1.606.745
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.667.956	1.644.865	1.667.956	1.644.865
Parcelamento FGTS	84.404	71.773	84.404	71.773
Parcelamento COFINS	-	-	30.343	29.955
Parcelamento ICMS	153	192	8.348	10.030
Parcelamento ISS	2.778	2.778	7.658	6.355
Parcelamento PIS	-	-	9.737	9.559
Parcelamento IRPJ	-	-	1.072	1.062
	3.365.441	3.299.703	3.444.353	3.380.344
Menos- Parcelas de curto prazo	(282.776)	(249.342)	(316.952)	(283.014)
Exigível a Longo prazo	3.082.665	3.050.361	3.127.401	3.097.330

a) Parcelamento especial - PAES - Receita Federal e INSS

Em 30 de julho de 2003, com base na Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial - PAES na Secretaria da Receita Federal e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente a obrigações de INSS, Cofins, Finsocial, CPMF, IRPJ, PIS e CSSL vencidos nos períodos-base anteriores a janeiro de 2003. Como vários desses tributos haviam, anteriormente, sido compensados com tributos da mesma natureza, para determinar os valores a serem incluídos no PAES a Companhia desconsiderou as compensações feitas e calculou, retroativamente, as multas e a atualização com base na variação da taxa Selic. Como consequência da adesão da Companhia ao PAES, o saldo devedor do parcelamento de impostos e encargos sociais em aberto em 31 de janeiro de 2003 também foi consolidado no novo parcelamento. O valor total parcelado foi de R\$3.120.157, a ser pago em 180 prestações mensais a partir de setembro de 2003, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

As parcelas referentes ao parcelamento do INSS, vencidas entre janeiro de 2004 a setembro de 2005, foram liquidadas por meio da compensação de valores a receber do fundo aeroviário. Em decorrência deste procedimento o INSS, em carta datada de 3 de dezembro de 2004, informou à Companhia que a mesma estava excluída do PAES pelo fato de as compensações efetuadas não constarem do seu Sistema de Cobrança. Em 1 de fevereiro de 2005, em decisão sobre Ação Ordinária impetrada pela Companhia contra o INSS, foi deferido o pedido de Antecipação de Tutela para que a Companhia possa continuar adimplindo as cotas de parcelamento, obstando, assim, sua exclusão do PAES até que a legitimidade das compensações efetuadas seja confirmada ou não. Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras nenhuma decisão final sobre este assunto havia sido emitida pelas autoridades competentes. O montante dos créditos compensados de Fundo Aeroviário estão registrados na rubrica provisão para contingências.

Não obstante os valores do PAES não terem sido homologados até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo a sua aceitação



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas.

b) Parcelamento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Durante o exercício de 2004, a Companhia obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de junho de 2002 a julho de 2004. O parcelamento foi efetuado em 180 prestações a partir de setembro de 2004, as quais são acrescidas pela taxa referencial – TR mais 0,25% ao mês.

c) Parcelamento de impostos federais e municipais

Durante o exercício de 2003, a Companhia e suas controladas obtiveram autorização para o parcelamento de suas obrigações referentes a Cofins, PIS, IRPJ, CSLL e ISS vencidas nos períodos anteriores a junho de 2002. O parcelamento foi efetuado em prestações variando de 30 a 60 meses a partir de novembro de 2003, as quais são acrescidas de juros de 1% sobre o valor do principal e atualização monetária mensal calculada com base na variação da taxa Selic.

d) Parcelamento de ICMS

Durante o exercício de 2003, com base na Lei nº 4.246 de 16 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento de seus débitos de ICMS nas Secretarias de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro e de São Paulo, vencidos entre os períodos de apuração de abril de 2001 e outubro de 2003, sendo os saldos devedores, quando aplicável, atualizados pela UFIR-RJ ou UFESP mais taxa Selic, acrescidos de multa. O saldo devedor do parcelamento do ICMS do Rio de Janeiro será pago em 60 prestações mensais a partir de 31 de janeiro de 2004. A Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro deferiu o pedido de parcelamento em 22 de dezembro de 2003 e a Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo deferiu o pedido em 14 de junho de 2004.

Os saldos de financiamentos de obrigações fiscais exigíveis à longo prazo, em 30 de setembro de 2005, têm seus vencimentos como segue:

	Controladora
2006	64.908
2007	260.493
2008	260.196
2009 em diante	<u>2.497.068</u>
	<u>3.082.665</u>

## 10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2005, foi provisionado o montante de R\$1.344.334 (R\$1.252.429 em 30 de junho de 2005), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Natureza	Controladora		Consolidado	
	Set/05	Jun/05	Set/05	Jun/05
Tributos não recolhidos por força de ações em andamento	1.184.099	1.102.033	1.184.099	1.102.033
Trabalhistas	142.472	132.923	156.456	138.374
Cíveis	17.763	17.473	20.071	18.884
Outras tributárias	-	-	114	174
	<u>1.344.334</u>	<u>1.252.429</u>	<u>1.360.740</u>	<u>1.259.465</u>

Tributos não recolhidos por força de ações em andamento

A Companhia está questionando, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos, objetivando assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

As seguintes principais ações estão em andamento:

- i) O Departamento de Aviação Civil - DAC, por meio de Portaria emitida em outubro de 1999, passou a exigir o recolhimento de contribuição ao Fundo Aeroviário - FA equivalente a 1% das tarifas constantes dos bilhetes emitidos, estendendo a exigibilidade para as empresas de aviação regionais. Anteriormente, a alíquota exigida era de 3%. A Companhia está questionando judicialmente a cobrança de referida contribuição e, baseada em liminar obtida, não efetuou os recolhimentos correspondentes ao período de maio de 1999 a setembro de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, totalizam a R\$222.614 em 30 de setembro de 2005 (R\$209.905 em 30 de junho de 2005) e estão provisionados.
- ii) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia ingressou em juízo objetivando uma declaração judicial da inexigibilidade da contribuição e obteve, preliminarmente, o direito de compensar os montantes pagos em períodos anteriores com contribuições sociais da mesma natureza. Em decisão proferida em 20 de março de 2003, sobre recurso extraordinário impetrado por outro contribuinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, confirmando acórdão do TRF da 4ª Região, julgou que é constitucional a exigibilidade do SAT, bem como sua regulamentação. Conseqüentemente, a Administração, fundamentada em opinião de seus assessores legais, decidiu provisionar as compensações acumuladas, atualizadas monetariamente, as quais totalizam R\$ 219.576 em 30 de setembro de 2005 (R\$211.374 em 30 de junho de 2005).



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

- iii) Programa de Integração Social - PIS – Fundamentada em tutela cautelar liminar obtida, a Companhia compensou, entre fevereiro e junho de 2003, valores recolhidos indevidamente em períodos anteriores a título de PIS com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em 30 de setembro de 2005, uma provisão no montante de R\$74.027 (R\$71.504 em 30 de junho de 2005), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.
- iv) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao SAT incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a setembro de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$68.578 em 30 de setembro de 2005 e estão provisionados (R\$64.691 em 30 de junho de 2005).
- v) Fundo Aeroviário - FA - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição para o Fundo Aeroviário - FA incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a setembro de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$109.950 em 30 de setembro de 2005 e estão provisionados (R\$104.493 em 30 de junho de 2005).
- vi) Programa de Integração Social - PIS - A Companhia, apoiada em tutela antecipada, por considerar inconstitucional os Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que alteraram as alíquotas e a forma de cálculo de valores do PIS recolhidos no período de outubro de 1988 a janeiro de 1992, obteve o direito de compensar os valores recolhidos com tributos da mesma natureza. Como resultado, uma provisão foi registrada, cujo montante, equivalente aos valores compensados atualizados monetariamente até 30 de setembro de 2005 é de R\$ 110.285 (R\$106.150 em 30 de junho de 2005).
- vii) Fundo Aeroviário - FA – A Companhia obteve o direito de compensar os valores recolhidos a título de Fundo Aeroviário no período de novembro de 1990 a outubro de 1999 através de tutela antecipada. Em 30 de setembro de 2005, uma provisão no montante de R\$363.176 (R\$319.288 em 30 de junho de 2005), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.

Outros processos no montante de R\$15.893 em 30 de setembro de 2005 (R\$14.628 em 30 de junho de 2005) referem-se principalmente a liminar sobre a retenção de 0,5% e 10% do FGTS.

#### Contingências trabalhistas

Em 30 de setembro de 2005, a Companhia estava exposta a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$ 233.112. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$142.472 (R\$132.923 em 30 de junho de 2005) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

Contingências cíveis

Em 30 de setembro de 2005, a Companhia estava passível a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$103.046. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$17.763 em 30 de setembro de 2005, (R\$ 17.473 em 30 de junho de 2005) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos, todos decorrentes de suas operações habituais, os quais, na opinião da Administração, representam um risco baixo de materialização e não são passíveis de produzir, isoladamente ou no seu conjunto, um efeito relevante sobre a sua posição financeira ou os resultados das suas operações. O principal processo está descrito a seguir:

As empresas de aviação comercial estão discutindo no Supremo Tribunal Federal a forma de cobrança e a definição de alíquotas do ICMS incidente sobre transporte aéreo, a partir de 1º de janeiro de 1997. O Senado Federal fixou a alíquota de ICMS sobre transportes aéreos interestaduais em 4%, enquanto o Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio nº 120/96, estabeleceu a alíquota de 12% para o mesmo tipo de transporte. A Companhia, enquanto discute judicialmente a alíquota aplicável, está adotando a decisão promulgada pelo Senado Federal.

Créditos contingentes

**Diferença tarifária** - Fundamentada nos termos dos contratos de concessão de linhas aéreas, a Companhia está promovendo ação judicial contra a autoridade concedente, objetivando o ressarcimento de perdas decorrentes de insuficiência tarifária verificada no período de 1986 a 1991. A ação foi julgada favorável à Companhia em primeiras e segundas instâncias e teve seu valor fixado em cerca de R\$2,3 bilhões e R\$1,4 bilhão, respectivamente, em cada uma dessas fases do processo.

**Crédito de ICMS** - Em 12 de setembro de 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996. Conseqüentemente, a Companhia considerou indevidos os pagamentos do referido tributo por ela efetuado entre maio de 1989 e junho de 1994 e está promovendo ação judicial contra os Estados, objetivando o ressarcimento dos créditos que totalizavam a aproximadamente R\$1,3 bilhão em 30 de setembro de 2005.

Esses créditos só serão reconhecidos nas demonstrações financeiras no momento de suas efetivas realizações.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

**11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia têm sido determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 30 de setembro de 2005, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

i) Disponível, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

O valor contabilizado aproxima-se do valor de realização.

ii) Investimentos

Consistem principalmente em controladas e coligadas, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

iii) Empréstimos e financiamentos

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. As taxas de juros que estão atualmente disponíveis para a sociedade para operações com termos e vencimentos similares foram utilizadas para estimar o valor de realização, o qual não difere do valor registrado.

iv) Financiamentos de obrigações fiscais

As condições são similares às normas usuais para taxas de financiamento de impostos e não há diferenças materiais relacionadas com taxas de juros aplicadas a financiamentos da mesma natureza.

b) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem contratado operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A estratégia da Companhia é proteger sua exposição aos riscos decorrentes da assunção de passivos denominados em moeda estrangeira com a parte de seu faturamento também denominada em moeda estrangeira.

d) Derivativos

São mantidas aplicações financeiras indexadas pela variação do dólar norte-americano para cobrir parcialmente os vencimentos futuros das dívidas na mesma moeda. A Companhia não possuía derivativos com o propósito de especulação.

e) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos por prestação de serviços de manutenção de aeronaves, serviços de transporte de cargas e vendas de bilhetes através de agentes de viagens e/ou vendas diretas. Para reduzir esse risco, é realizada análise de crédito dos devedores.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujos montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura desse risco.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 30 de setembro de 2005, os saldos de prejuízo fiscal consolidado e de base negativa de contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são de R\$ 5.661.882 e R\$6.043.356, respectivamente.

## 13. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

### 13.1 Benefícios concedidos

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar, visando à cobertura da reserva atuarial dos benefícios concedidos.

Em 01 de julho de 2004 a Companhia, como patrocinadora do AERUS, assinou Instrumento Particular de Reconhecimento de Responsabilidade e outros pactos no qual assume a responsabilidade pelo déficit técnico correspondente aos benefícios concedidos no montante de R\$ 673.282 (Planos de Benefícios I - R\$ 511.898 e Plano de Benefícios II - R\$161.384). Os compromissos atuariais foram tomados como referência inicial,



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

apurados através do Demonstrativo dos Resultados das Avaliações Atuarial – DRAA, com data base em 30 de junho de 2003, posicionado em 31 de dezembro de 2003. Os valores de referência serão revistos anualmente conforme legislação aplicável, e, em 30 de setembro de 2005, este déficit corresponde a R\$756.091 (Plano de Benefícios I – R\$ 558.636 e Plano de Benefícios II – R\$ 197.455).

Apesar do valor do contrato para cobertura atuarial celebrado com o AERUS superar em R\$ 18.502 o valor do passivo atuarial total registrado pela Companhia em 30 de setembro de 2005, a Companhia continuará adotando o procedimento de calcular e reconhecer o passivo atuarial, conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2002.

Como consequência das disposições da Deliberação CVM 371/2002, principalmente no que se refere aos procedimentos para o reconhecimento contábil dos ganhos ou perdas atuariais e dos serviços passados, os registros contábeis não contemplam a totalidade dos valores correspondentes às obrigações relacionadas ao contrato celebrado com a AERUS, dado que as normas da Secretaria da Previdência Complementar – SPC, estabelecem como premissa a contratação da totalidade dos compromissos atuariais assumidos pela patrocinadora relacionados aos benefícios concedidos.

Dessa forma, visando adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido total registrado em 30 de setembro de 2005, no valor de R\$737.589, a Companhia registrou no exigível a longo prazo o valor total do contrato celebrado com o AERUS, no montante de R\$756.091, sendo a parcela excedente, no valor de R\$18.502, tratada como redutor do passivo atuarial, a título de diferimento, ficando este valor sujeito a revisões anuais.

Os pagamentos para cobertura atuarial somente serão realizados a partir de 1º de janeiro de 2008 e na eventualidade do Instituto Aerus de Seguridade Social não ter o êxito na ação judicial movida contra a União Federal na qual pleiteia indenização pelos danos, decorrentes da supressão da “terceira fonte” e o restabelecimento da referida receita. Caso o pleito não esteja definido até 1º de janeiro de 2008, será elaborado instrumento específico que disporá sobre a realização de pagamentos destinados a cobrir o déficit técnico atualizado e condições que devem estabelecer a periodicidade de pagamentos da seguinte forma:

- a) Plano de Benefícios I – será reavaliado e o total será pago em 91 parcelas, iguais, mensais e sucessivas, reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.
- b) Plano de Benefícios II – será reavaliado e o total será pago em 145 parcelas, iguais, mensais e sucessivas, reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.

A Companhia ofereceu como garantia caução parte do seu crédito contra a União Federal reconhecido nos autos da ação ordinária N º 93.00.02252-0, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até o valor pactuado no presente instrumento.



**NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

**13.2 Benefícios a conceder**

Em 30 de setembro de 2005 o valor referente a Benefícios a Conceder é de R\$224.094 (R\$ 199.681 com data base em 30 de junho de 2004, posicionado em 31 de dezembro de 2004, último cálculo atuarial disponível e revisado anualmente); o reconhecimento contábil destes valores são efetuados pela Companhia em consonância com as disposições da Deliberação CVM 371/2002.

Não foram firmados pactos entre as partes visando à cobertura da reserva atuarial referente aos benefícios a conceder.

**14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

Os principais componentes das outras despesas operacionais, líquidas são:

	Controladora		Consolidado	
	Set/05	Set/04	Set/05	Set/04
Provisão para contingências	(38.908)	(3.141)	(58.238)	(3.141)
Juros contingência	(113.735)	(49.295)	(113.735)	(49.295)
Passivo atuarial - AERUS	(330.496)	(194.920)	(333.524)	(194.920)
Recuperação ICMS - Rio de Janeiro (a)	-	99.433	-	99.433
Gastos com reestruturação de frota	(13.020)	(81.218)	(13.020)	(81.218)
Reorganização de empresas relacionadas	10.945	-	10.945	-
Receita pela expiração de bilhetes emitidos (b)	23.149	133.306	23.149	133.306
Programa de milhagem - Smiles ( c )	-	83.622	-	83.622
Provisão para perdas	(1.171)	(6.429)	(1.171)	(6.429)
Outras despesas	24.689	54.402	(34.367)	48.592
	(438.547)	35.760	(519.961)	29.950

a) Em 03 de setembro de 2004, considerando principalmente que o Supremo Tribunal Federal já havia julgado inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo de passageiros prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996, o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou a Companhia a transferir e utilizar os créditos de ICMS recolhidos indevidamente no período compreendido entre maio de 1989 e junho de 1994.

b) Refere-se a baixa de bilhetes de passagem aérea registrados no balanço patrimonial na rubrica transporte a executar, emitidos e não voados dentro da validade legal da passagem aérea.

c) A Companhia, com base em avaliação técnica atuarial realizada por especialista independente, finalizou o



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

processo de reavaliação da utilização das milhas acumuladas no programa de milhagem – Smiles, conquistados por seus clientes e não resgatadas, assim como dos custos adicionais por passageiro transportado, denominado “custo incremental”, para valorização das milhas acumuladas e não resgatadas. Em 30 de setembro de 2004 a Companhia finalizou a reavaliação do custo incremental, atualmente representados por custos de seguro, “catering” e conforto, para a valorização das milhas acumuladas e não resgatadas; como consequência a Companhia registrou uma reversão da provisão para o programa de Milhagens - Smiles no montante de R\$83.622 mil.

## 15. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Despesas de responsabilidade civil perante terceiros, limitadas ao equivalente em Reais a um bilhão de dólares estadunidenses, provocadas por atentados terroristas ou atos de guerra que a Companhia possa vir a ser exigida, serão de responsabilidade do Governo Brasileiro conforme prevê a Lei Nº 10.744, de 09 de outubro de 2003 e Decreto N 5.035 de 05 de abril de 2004.

Esta Lei é decorrência dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, pois as seguradoras limitaram as coberturas de cascos de aeronaves e responsabilidade civil após este evento a aproximadamente 150 milhões de dólares estadunidenses por sinistro e para coberturas maiores seria necessário o pagamento à vista, o que inviabilizou as contratações.

## 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 9 de novembro de 2005 a VARIG (Vendedora) e a Aero LB S.A. (Compradora) assinaram um Contrato de Compra e Venda de Ações. Referido contrato, que teve como intervenientes Varig Logística S.A., Varig Engenharia S.A., FRB-Par Participações S.A. e TAP Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. estabelece as seguintes principais condições:

- ▶ A venda de 451.164.194 ações ordinárias do capital social da Varig Engenharia e Manutenção S.A. (“Ações da VEM”), representativas de 90% (noventa por cento) do capital votante e total dessa sociedade e 202.883.171 ações ordinárias e 17.356.205 ações preferenciais do capital social da Varig Logística S.A. representativas de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social dessa sociedade (“Ações da VarigLog”, e conjuntamente com as Ações da VEM, as “Ações”);
- ▶ Em contrapartida à aquisição da totalidade das Ações, a Compradora paga, neste ato, à Vendedora o montante em reais (“Preço de Compra”), equivalente a US\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de dólares norte-americanos), sendo (i) o equivalente em reais a US\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de dólares norte-americanos) pagos pelas Ações da VarigLog, e (ii) o equivalente em reais a US\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
de 30 de setembro de 2005 e de 30 de junho de 2005  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

---

milhões de dólares norte-americanos) pelas Ações da VEM. O pagamento do Preço de Compra está sendo feito pela Compradora à Vendedora, neste ato, por meio de fundos imediatamente disponíveis, e diretamente à conta-corrente da Vendedora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A. (“Banco”).

► Os recursos recebidos pela Vendedora, por conta do Preço de Compra, foram imediatamente convertidos em dólares norte-americanos e remetidos à conta mantida pela Vendedora junto ao Bank of New York para fins de pagamento, conforme decisão da Corte de Falências Distrital de Nova Iorque, de dívida extra-concursal com arrendadores de aeronaves.

► A Compradora e a Vendedora celebraram o Contrato de Opção de Compra e Outras Avenças (“Contrato de Opção”), por meio do qual, obedecidos seus termos e condições, a Compradora concede à Vendedora a opção de compra das Ações.

► A Compradora entrega à Vendedora correspondência na qual manifesta seu firme propósito de aquisição de recebíveis da Vendedora, contra a Visanet em valor de face de até o equivalente em Reais a US\$ 50,000,000 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

Em complemento ao Contrato de Compra e Venda de Ações, acima descrito, a VARIG e a AERO LB S.A. assinaram, na mesma data, um Contrato de Opção de Compra e Outras Avenças que estabelece como cláusulas mais relevantes:

► A Opção de Compra confere à VARIG o direito de exigir da AERO LB a venda das Ações da Varig Log e da VEM para si própria ou diretamente a um terceiro ou terceiros idôneos que apresentem proposta que melhor atenda aos interesses da vendedora. A Opção de Compra só poderá ser exercida em relação (i) à totalidade das Ações ou (ii) às Ações da VarigLog isoladamente; sendo vedado, portanto, o seu exercício em relação apenas às Ações da VEM.

► A Opção de Compra poderá ser exercida por preço igual ou superior ao Preço Original (US\$62 milhões) acrescido de um adicional de 20% (vinte por cento) sobre referido Preço Original (sendo esse Preço Original acrescido do adicional, o “Preço do Exercício da Opção”). Referido adicional tem por objetivo compensar a Proprietária pelos custos e riscos associados à aquisição das Ações e posterior venda, custos de mobilização de capital e de oportunidade, bem como despesas diversas, incluindo despesas de negociação e avaliação do valor das Ações, despesas com assessores financeiros, auditores, advogados etc. Caso a Opção de Compra seja exercida com base em Proposta Qualificada que ofereça preço superior ao Preço do Exercício da Opção, então o Preço do Exercício da Opção será pago diretamente à AERO LB e qualquer excedente será pago diretamente à VARIG.

► O prazo para o exercício da opção se encerra em 12 de dezembro de 2005

► Caso a VARIG exerça a opção, caberá à AERO LB o direito de preferência para a aquisição das ações ao novo preço ofertado.

► Em 14 de novembro de 2005 foi aprovada a alienação das controladas Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A., pela maioria de votos dos acionistas, através da Assembléia Geral Extraordinária ratificando a decisão da Assembléia Geral de Credores de 07 de novembro de 2005.



---

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

David Zylbersztajn – Presidente  
Eleazar de Carvalho Filho- Vice-Presidente  
Gesner José de Oliveira  
Harro Fouquet  
Marcos Castrioto de Azambuja  
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho  
Sérgio de Almeida Bruni  
Sérgio Xavier Ferolla

### **COMITÊ EXECUTIVO**

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho – Diretor Presidente  
Miguel Dau – Vice-Presidente Operacional e Técnico e Diretor de Operações de Vôo  
Marcelo Willian Bottini – Vice –Presidente Comercial

### **DIRETORIA**

Ricardo José Bullara - Diretor de Controladoria e Relação com Investidores  
Faustino Albano Pereira Junior – Diretor de Marketing  
José Dolabela Portela – Diretor de Atendimento ao Cliente

Agostinho A. P. Leite Neto  
**Contador**  
CRC-SP –159.319-S/RS  
CPF 047.866.998-45



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

---

Aos Acionistas e Diretores da

“VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense)

Porto Alegre – RS

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITRs da “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial” e controladas (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2005, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas. Nossa responsabilidade é emitir relatório, sem expressar opinião, sobre essas Informações Trimestrais-ITR.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais – ITR referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à divulgação das Informações Trimestrais - ITR.
4. A Companhia vem apresentando expressivos prejuízos líquidos e, em 30 de setembro de 2005, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$1.696.210 mil e o passivo a descoberto era de R\$7.222.222 mil. Adicionalmente, as projeções do fluxo de caixa da Companhia indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas no Relatório da Administração e na nota explicativa nº 1. Em 30 de setembro de 2005, a Companhia possuía saldo líquido a receber, de R\$344.245 mil, de empresas relacionadas, que também apresentam dificuldades operacionais e, conseqüentemente, a realização desses ativos é incerta. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 9 a manutenção da Companhia no programa de parcelamento especial, no que se refere às contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social depende de ações em andamento. Também em 30 de setembro de 2005, apesar de os valores incluídos no Pedido de Parcelamento Especial – PAES não terem sido homologados pelas autoridades competentes, haver liquidação de certos tributos correntes e de parcelas do PAES por meio de compensação e haver inadimplência quanto ao pagamento de certos tributos correntes, a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas no programa, com base na expectativa da Administração de uma adequada resolução deste assunto. A continuidade dos negócios da Companhia dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, as demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2005 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos caso não venha ser homologado o PAES ou na impossibilidade de a Companhia continuar operando.



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

5. Conforme previsto no processo de Recuperação Judicial estão sendo confirmadas as obrigações da Companhia junto aos credores para habilitação no processo de recuperação judicial. Em 30 de setembro de 2005 o administrador e o perito judicial estão analisando as divergências apresentadas entre a posição da Companhia e crédito declarado pelos credores. Eventuais ajustes dependerão da finalização do processo de habilitação dos créditos; porém na opinião da Administração, não se espera que o resultado da habilitação tenha um efeito material sobre a posição financeira ou dos resultados das operações da Companhia.
  
6. Os balanços patrimoniais (controladora e consolidado), levantados em 30 de junho de 2005 e as demonstrações de resultado (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2004, apresentados para fins de comparação, foram por nós revisados, e os relatórios de revisão especial, datados de 29 de julho de 2005 e 10 de novembro de 2004, respectivamente, contêm parágrafo de ênfase similar ao assunto mencionado no parágrafo 4.

São Paulo, 28 de outubro de 2005.

Orlando Octavio de Freitas Jr.  
Sócio-contador  
CRC nº 1 SP 178871/O-4 S/RS

BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC nº 2 SP 013439/O-5